

Constituinte: poucos debatem sobre tudo

CORREIO BRAZILIENSE

M. CAVALHEIRO
Da Editoria de Política

A Constituinte repetiu ontem a monótona saladinha que têm sido suas sessões dominicais. Pelo plenário vazio, desfilaram temas saltitando da prostituição e da Aids para as lágrimas do ministro Raphael de Almeida Magalhães, a química fina, o preço do milho, a patologia geográfica e o parlamentarismo — até retornar, com escala na condenação de Che Guevara por jânio, à moral e aos bons costumes. E assim a entediante reunião chegou ao final com o deputado Costa Ferreira (PFL-MA) defendendo a instituição de punições para o adultério.

Para temperar os monótonos discursos, usaram-se com frequência citações da Bíblia — livro que acompanhou Ferreira à tribuna, para ampará-lo na denúncia de um bem armado "complot contra a família". Ferreira citou a epístola de São Paulo aos Coríntios, sustentando que a vontade divina nada tem a ver com o divórcio — direito que a seu ver contribuiu para o crescimento da legião de menores abandonados no País.

Antes, Nelson Aguiar (PMDB-ES) erguera sua voz contra o homossexualismo, a prostituição e o uso comercial da sexualidade e recorreu também ao apóstolo Paulo para respaldar a tese de que a Aids é resultado das relações sexuais entre homens e seu surgimento

representa o cumprimento de mais uma profecia bíblica.

Aguiar postulou o fechamento das "falsas termas e casas de mensagem" e destratou donos de emissoras de televisão e editores de revistas, acusados de engordar o patrimônio à custa de intoleráveis libertinagens. "Porque têm que colocar uma pena com um homem sobre uma mulher nua?", desancou ele, deixando claro que não queria ser confundido "com um moralista careta".

Finda esta primeira sessão moral-e-bons-costumes, passou-se de imediato à questão do petróleo — tema abordado pelo deputado Mário Lima (PMDB-BA). O senador José Fogaca (PMDB-RS), aproveitou o ensejo para rápida incursão pela seara da química fina, da reserva de mercado para a informática e da questão do controle da tecnologia de produção de sementes. Em seguida, Amaury Müller (PDT-RS) criticou os ministros Raphael de Almeida Magalhães e Almir Pazianotto. Ao primeiro, lembrando as lágrimas da véspera, chamou "nova carpedeira da República, substituto natural da economista Maria Conceição Tavares". Mas nem o chiste foi capaz de mexer com o desanimado plenário, naquela hora ainda composto por 17 constituintes.

Oswaldo Bender (PDS-RS) lançou mão da Bíblia, citou o Velho Testamento e disse, para ressaltar a importância dos trabalhos, que "o próprio Deus deu, através de Moisés, uma

constituição ao ser humano", pulando pouco depois para a defesa da censura, alegando: "Precisamos ter coragem para impedir que se corrompa cada vez mais a juventude". Paulo Macarini (PMDB-SC), passou deste assunto para o cooperativismo, embutindo no discurso críticas ao preço do milho e ao uso da tablica para o pagamento da soja aos agricultores.

Veio então o "quadro nosológico" nacional — tema de Adilson Mota (PDS-RS), que se lançou à uma elogiada excursão por detalhes como a "patologia geográfica" e o câncer ginecológico, dando oportunidade para sua colega Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) fazer o contraponto entre a Brasília dos cartões postais e a miséria da favela do Paranoá. O senador José Fogaca começou pelo Paraguaçu, onde esteve recentemente, andou pela Colômbia e pela Bolívia e concluiu que o presidencialismo tem sido nefasto para o Terceiro Mundo.

Para encerrar, foi à tribuna o deputado Costa Ferreira, denunciando a uma dezena de parlamentares presentes um terrível complot contra a família, pedir restrições ao divórcio — que não pode, em sua opinião, equivar-se à permissão de que se troque de cônjuge "mês a mês" só para ir vivendo assim levemente. Ele ainda defendeu a censura, antes de encerrar tratando de um tema que — reconhece — a maioria não julga assunto constitucional: o adultério.

Pires: O País está maduro para o parlamentarismo

Salvador — "O Brasil já amadureceu para a experiência do parlamentarismo", disse o governador da Bahia, Waldir Pires, ressaltando, porém, que não se deve implantar no País uma experiência parlamentarista do tipo da que se viveu em 1961 e que se caracterizou como "um arranjo para resolver questões da conjuntura. Desta vez, o parlamentarismo deve vir como alguma coisa pensada, para durar", disse ele.

Apesar de o País estar perto de completar um século de presidencialismo, esse regime, segundo Pires, a rigor, não deu certo, nem no Brasil nem na América Latina, onde tem sua história marcada por traumas, uma vez que suas crises políticas resultam sempre em crises institucionais.

— Creio que deveríamos encerrar a etapa do presidencialismo e formular uma proposta parlamentarista que serviria melhor à realidade brasileira — disse Pires, acrescentando que



Waldir, parlamentarista

essa nova experiência requer a busca de mecanismos democráticos.

Entre as vantagens do parlamentarismo, segundo o Governador da Bahia, está o fortalecimento dos partidos políticos, "sem partidos fortes não há democracia", e da administração pública, "instrumento essencial

para a eficiência de qualquer governo".

Apesar disso, Pires disse não ter ficado surpreendido com o resultado de recente pesquisa realizada pelo Palácio do Planalto entre os constituintes e cujo renovadora nunca é majoritária, de início, de forma que o resultado da pesquisa reflete um estado de espírito formado sob quase um século de presidencialismo, com todas as marcas do autoritarismo próprio desse regime", disse ele.

Pires continua convencido de que as receitas ortodoxas indicadas pelo Fundo Monetário Internacional para os países endividados interferem na autonomia desses países, impondo-lhes medidas recessivas da maior inconveniência".

— Não vejo nada que possa autorizar uma mudança de posição que implicasse na admissão de um novo acordo com o FMI e, conseqüentemente, o monitoramento da economia do País pelo órgão — afirmou ele.

Chiarelli quer definir regime

Porto Alegre — O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, defendeu que só seja realizada plebiscito após a Constituinte se a nova Constituição não resultar de um amplo consenso, contendo pontos de muito conflito. E caso isso ocorra, o senador quer que o plebiscito se restrinja aos temas controversos. Ele também defendeu que a Constituinte defina logo o sistema de governo e que seja o parlamentarismo, mas somente para ser aplicado após o final do mandato do presidente Sarney. Antes, na opinião do senador, será casuismo.

Chiarelli acha que só haverá necessidade de plebiscito se existirem posições extremamente conflitantes. E é sobre estas posições, então, que ele concorda seja realizado o ple-



Chiarelli: plebiscito

biscito. O líder do PFL discorda do deputado Ulysses Guimarães, do PMDB, para quem, se for preciso, ele deve ser feito sobre o conjunto da nova Consti-

tuição e não sobre temas isolados. Chiarelli afirmou que deveria se fazer consulta sobre toda a Constituição só se, no geral, ela fosse produto de um processo totalmente conflitante. Mas aí, segundo ele, "nem seria uma Constituição e sim uma aberração".

Quanto ao sistema de governo, o senador explicou que é importante uma definição logo, porque o povo precisa saber antecipadamente qual será o adotado pela Constituinte, para se preparar para votar e escolher as pessoas capazes de reordenar os rumos do País. E sustentou que o parlamentarismo é o melhor sistema, por acentuar a atuação dos parlamentares junto ao Poder Executivo, atendendo, assim, a diferentes necessidades e anseios da população.

A hora da negociação

ANTONIO BRITTO
Especial para o CORREIO

Tenho participado, desde o primeiro dia da Assembleia Nacional Constituinte, de um grupo de parlamentares preocupados com a criação de mecanismos internos de negociação para a elaboração do novo texto constitucional. O tempo decorrido, a radicalização das primeiras etapas e os resultados até agora apresentados só confirmam a necessidade deste entendimento.

Primeiro, para que sejamos capazes de interpretar o sentido correto de uma Constituinte. Nela, ao contrário de uma eleição, não se trata de assegurar apenas a vitória de uma tese ou de um nome sobre os outros. A sabedoria Constituinte, ao contrário, está na capacidade de, num determinado momento histórico, conseguir distinguir o que um País, através de seus vários segmentos, tem de comum e, por isso, de permanente. E daí que decorre a durabilidade do texto Constitucional: permanece porque atém-se ao essencial que, por sua vez, tem de ser comum a todos, ou quase todos. O contrário levaria à suposição de que a cada eleição, vitorioso um partido, o País mudasse de Constituição, para permitir que o novo Governo pudesse agir e implementar seu programa. Esta distinção conceitual é fundamental. Sem ela, como tenho insistido, estaremos determinando o texto setorial, parcial, de curta duração e de funestas conseqüências para um País que luta para ser estável democraticamente.

Quem, no entanto, não quiser fazer este raciocínio para chegar à negociação, que observe a realidade da Constituinte. Nenhum dispositivo passa ao texto definitivo sem 280 votos, metade mais um dos votantes. E nenhuma corrente, segmento ou grupo dispõe disso. Logo, ou negociamos ou não sai o texto.

Pela soma das duas razões, passadas as etapas preliminares, em que houve a compreensível obstinação em fixar posição, chegou a hora de negociar. Estamos, um grupo de constituintes dos vários partidos, consumindo horas neste esforço. Trata-se de procurar distinguir o que há de comum entre nós, guardadas duas preliminares. A primeira, contra o corporativismo que infesta a Constituinte e procura preservar interesses específicos ou setoriais, em prejuízo do que realmente é comum à Nação Brasileira. Ou vencemos este corporativismo, ou não teremos um texto competente. A segunda preliminar é que obviamente o texto constitucional, apesar de sintético, precisa de lançar as bases para que o País avance no sentido da justiça e da dignidade. Não fosse assim, e não teríamos Constituinte: bastaria manter o texto atual. O nosso compromisso tem que ser o de um novo texto, moderno, realista e reformista. Sem isto, a estabilidade democrática será sempre precária, porque construída em cima de uma sociedade insatisfeita e de um País sem valores decedentes.

O nível das reuniões realizadas, seja pela seriedade dos esforços, seja pela quantidade de constituintes envolvidos, permite sonhar que, passada a fase inicial, chegou a hora, finalmente, da Constituinte aglutinar, criar, resolver, construir.

Espero não estar errado.